

**EDITAL DE LEILÃO.** PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. VARA ÚNICA DA COMARCA DE BOTELHOS/MG. NÚMERO DO PROCESSO: 0118211-85.2009.8.13.0084. **EXEQUENTE:** A UNIÃO FAZENDA NACIONAL. **EXECUTADO:** E-MIX CONSULTORIA DE MARKETING LTDA. O leilão eletrônico será realizado no site [www.saravaleiloes.com.br](http://www.saravaleiloes.com.br). O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis no site ou pelo telefone (31) 3207-3900.

**1º LEILÃO:** início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia **12/08/2024 a partir das 14:00 horas**. Se não for arrematado no período do 1ª leilão, imediatamente inicia-se o período do 2ª leilão.

**2º LEILÃO:** no dia **29/08/2024 às 14:00 horas** inicia o fechamento do 2º leilão, e os bens que não receberem ofertas, ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances.

**LANCE MÍNIMO:** No 1º leilão será aceito o maior lance, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz. Se não houver valor estipulado pelo Juiz, o mínimo será equivalente à 50% da avaliação do bem nos termos do CPC, art. 891.

**DESCRIÇÃO DOS BENS:** 1) Lote nº 28 da quadra H, localizado na Rua 7, Residencial Parque dos Jequitibás, São João da Boa Vista/MG, com área de terreno de aproximadamente 300m<sup>2</sup> e as seguintes confrontações: de frente para a rua 7, nos fundos mede 12m confrontando com o lote 02, no lado direito mede 25m confrontando com o lote 29 e no lado esquerdo mede 25m confrontando com o lote 27. **MATRÍCULA:** 34.657 no Cartório do de Registro de Imóveis da Comarca de São João da Boa Vista/SP.

**AVALIAÇÃO:** R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

**ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 10/06/2024:** Penhora referente aos processos 2006.61.27.001648-2 (R-5), 2007.61.27-001152-0 (AV-5, AV-6), 2009.61.27.001870-4 (AV-7), 1.130/2008 (AV-8), 1001742-32 (AV-12), 1005494-1222016 (AV-13), 1003414-12.2015.8.26.0568 (AV-14), 5000946-81.2018.403.6127 (AV-15), 100361334 (AV-17), 1003431-48 (AV-18), 0000629-28.2005.403.6127 (AV-20), 1003051-25.2015.8.26.0568 (AV-22); Ação de execução referente aos processos 1003613-34.2015.8.26.0568 (AV-9), 1003413-27.2015.8.26.0568 (AV-10), 1003431-48.2015.8.26.0568 (AV-11), 0022422-18.2018.8.16.0001 (AV-16); Indisponibilidade referente ao processo 10016132720168260568 (AV-19), 10034314820158260568 (AV-21), 1000880820185020084 (AV-23). O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 10/06/2024.

2) Lote nº 1 da quadra H, localizado na Rua 8, Residencial Parque dos Jequitibas, São João da Boa Vista/MG, com área de terreno de aproximadamente 371 m<sup>2</sup> e as seguintes confrontações: de frente para a Rua 8, nos fundos mede 24m confrontando com os lotes 29 e 30, no lado direito mede 24,70m confrontando com o lote 02 e no lado esquerdo mede 6m confrontando com o lote 31. **MATRÍCULA:** 34.630 no Cartório do de Registro de Imóveis da Comarca de São João da Boa Vista/SP.

**AVALIAÇÃO:** R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais).

**ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 10/06/2024:** Penhora referente aos processos 2006.61.27.001648-2 (R-7), 2007.61.27.001152-0 (AV-8), 2009.61.27.001870-4 (AV-9), 1.130/2008 (AV-10), 1001742-32 (AV-14), 1005494-122016 (AV-15), 1003414-12.2015.8.26.0568 (AV-16), 5000946-81.2018.403.6127 (AV-17), 100361334 (AV-19), 1003431-48 (AV-20), 1003051-25.2015.8.26.0568 (AV-23); Ação de execução referente aos processos 1003613-34.2015.8.26.0568 (AV-11), 1003413-27.2015.8.26.0568 (AV-12), 1003431-48.2015.8.26.0567 (AV-13); 0022422-18.2018.8.16.0001 (AV-18); Indisponibilidade referente aos processos 10016132720168260568 (AV-21), 10034314820158260568 (AV-22), 10008800820185020084 (AV-24). O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 10/06/2024.

3) Prédio Residencial localizado na Rua Antônio Custódio de Oliveira (antiga Rua 1), 23, esquina com a Rua João Arten (antiga Rua Municipal 5), São João da Boa Vista/MG, com área construída de aproximadamente 209m<sup>2</sup> e as seguintes benfeitorias: Pavimento Térreo com varanda, sala de estar, lavabo, sala de jantar, cozinha, dispensa, área de serviço, garagem, suíte e piscina. Pavimento Superior com hall, mezanino, closet e suíte. **MATRÍCULA:** 34.125 no Cartório do de Registro de Imóveis da Comarca de São João da Boa Vista/SP.

**AVALIAÇÃO:** R\$ R\$ 800.00,00 (oitocentos mil reais).

**ANOTAÇÕES AVERBADAS NA MATRÍCULA ATÉ O DIA 10/06/2024:** Caução (AV-6); Penhora referente aos processos 2006.61.27.001648-2 (R-7), 1.130/2008 (AV-8), 1001742-32 (AV-12), 1005494-122016 (AV-13), 1003414-12.2015.8.26.0568 (AV-14); 1003432-3320158260568 (AV-15), 5000946-81.2018.403.6127 (AV-16), 1003051-25.2015.8.26.0568 (AV-22); Ação de execução referente ao processo 1003613-34.2015.8.26.0568 (AV-9), 1003413-27.2015.8.26.0568 (AV-10), 1003431-48.2015.8.26.0568 (AV-11), 0022422-18.2018.8.16.0001 (AV-17), 100361334 (AV-18), 1003431-48 (AV-19); Indisponibilidade referente ao processo 10016132720168260568 (AV-20), 10034314820158260568 (AV-21), 10008800820185020084 (AV-23). O interessado deverá verificar junto ao Cartório de Registro de Imóveis a existência de novas averbações após o dia 10/06/2024.

**FORMA DE PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO:** o leilão será aberto para pagamento à vista ou parcelado com sinal de no mínimo 25% e o restante em até 30 parcelas. Caso no intercurso do leilão seja recebida oferta para pagamento à vista, esta prevalecerá (art. 895, § 7º, do CPC) e o sistema não receberá mais oferta parcelada. O pagamento à vista ou o sinal do pagamento parcelado, deverão ser realizados, através de depósito judicial, **impreterivelmente no primeiro dia útil subsequente ao leilão, independente da data de vencimento que constar na guia judicial.** O comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail [financeiro@saraivaleiloes.com.br](mailto:financeiro@saraivaleiloes.com.br) na mesma data, até às 15 horas.

**OBSERVAÇÃO:**

Os créditos que recaem sobre o imóvel, inclusive os de natureza *propter rem*, serão sub-rogados sobre o preço da alienação, sendo observada a ordem de preferência, conforme preceituam o § 1º, do artigo 908, do Código de Processo Civil e o parágrafo único do artigo 130 do CTN.

**CONDIÇÕES DO LEILÃO:** Por ordem deste M.M Juiz, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32, Código Penal, CPC, Portaria Conjunta nº 772/PR/2018 e CTN nas seguintes condições:

1º) O Leilão será realizado pela Leiloeira Angela Saraiva Portes Souza, Matrícula 441 – JUCEMG, a quem caberá 5% de comissão. A Leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julgue necessário.

2º) A comissão da Leiloeira (5%) será depositada na integralidade, na data do leilão ou no dia subsequente, em conta bancária da Leiloeira, que será informada na confirmação da arrematação. O comprovante deverá ser enviado para a Leiloeira no e-mail [financeiro@saraivaleiloes.com.br](mailto:financeiro@saraivaleiloes.com.br) na mesma data, até às 15 horas.

3º) No caso de arrematação com pagamento parcelado, o sinal será depositado na forma e data indicadas acima, e as parcelas serão mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação e corrigidas de acordo com os fatores de atualização monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

4º) O pagamento das parcelas, com a devida correção será efetuado em guia de depósito judicial vinculada aos autos, retiradas no site <https://depox.tjmg.jus.br/portaltjmg/pages/guia/publica/> pelo próprio arrematante, que deverá comprovar o pagamento mensalmente com a juntada da guia devidamente quitada diretamente nos autos.

5º) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º do CPC). O

inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (art. 895, § 5º do CPC).

**6º)** A venda parcelada será garantida por hipoteca judicial gravada sobre o próprio imóvel até a quitação.

**7º)** No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. E, na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (Auto de Arrematação) a protesto perante o Cartório competente (CPC, art. 515, V).

**8º)** Nos termos da PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 29, *“Não comprovado o depósito do lance e o pagamento da comissão no prazo determinado no edital, o leiloeiro público comunicará o fato ao licitante com maior lance subsequente, a fim de que este possa exercer seu direito de opção. Parágrafo único. A aplicação do disposto no “caput” deste artigo não isenta o licitante inadimplente do pagamento de multa, se for o caso, a ser determinado pelo juízo, e da responsabilização civil e criminal, nos termos do art. 335 do Código Penal.”*

**9º)** Poderá a Leiloeira inabilitar para participar de leilão, o licitante que não tenha cumprido com anteriores obrigações de pagamento e condições, em arrematação de leilão judicial.

**10º)** Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá se cadastrar e habilitar no site [www.saravaleiloes.com.br](http://www.saravaleiloes.com.br), e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do *login* poderá ofertar os lances.

**11º)** Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter *“AD-CORPUS”*, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

**12º)** No caso de acordo ou pagamento da dívida (remissão), se requerido após leilão com recebimento de lance, a Leiloeira será remunerada com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo Executado, na data do acordo ou remissão. Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrado os honorários de 2% sobre o valor da avaliação

do bem, a ser custeado pelo Executado, a título de ressarcimento das despesas e serviços prestados que antecederam o leilão.

**13º)** Nos termos do CPC, art. 887, § 2º e PORTARIA CONJUNTA 772/PR/2018, art. 9º, § 2º, o presente edital será publicado no site: [www.saraivaleiloes.com.br](http://www.saraivaleiloes.com.br).

**14º)** A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

**15º)** A Nota de Arrematação será expedida pela Leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

**16º)** Por ordem do Juízo e por força da lei, caso o devedor, o coproprietário, os usufrutuários, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada e o promitente comprador e vendedor, não sejam encontrados pelo Sr. Oficial de Justiça, ficam pelo presente edital intimados do leilão, suprimindo, assim, a exigência contida no art. 889 do CPC.

**17º)** Após a oferta, o licitante vencedor fica obrigado ao pagamento da arrematação e da comissão da Leiloeira, e não poderá por qualquer motivo alegar desistência. Caso tenha identificado algum vício, deverá realizar os pagamentos no prazo estabelecido neste edital, e comprovar nos autos a sua alegação. Após apreciação e decisão do juiz, os valores poderão ser restituídos. A desistência sem o cumprimento da obrigação será considerada “perturbação” ao leilão.

**18º)** Nos termos do art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 10/06/2024.